



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

### Nº 103, DE 2015

(Nº 4.566/2008, na Casa de origem)

*Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração e dá outras providências.

**Art. 2º** A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“**Art. 2º** .....

**§ 1º** .....

.....

**c)** os resultados das aplicações dos recursos do FGTS, observado o disposto nos §§ 7º e 8º do art. 13 desta Lei;

” (NR)

“**Art. 9º** .....

.....

**§ 6º-A.** Os descontos de que trata o § 6º:

**I** – serão destinados exclusivamente às faixas 2 e 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida vigentes em 1º de janeiro de 2015;

**II** – apresentarão valor total limitado, a cada exercício, a até 60% (sessenta por cento) do lucro efetivo do FGTS do exercício anterior; e

**III** – apenas serão concedidos na hipótese de o patrimônio líquido do FGTS manter-se igual ou superior ao patrimônio líquido observado ao final do exercício de 2015.

**§ 6º-B.** O lucro efetivo do FGTS de que trata o inciso II do § 6º-A é o resultado da soma dos valores absolutos referentes às seguintes parcelas:

**I** – lucro líquido; e

**II** – despesas com os descontos de que trata o § 6º.

**§ 6º-C.** As demonstrações financeiras do FGTS referentes ao exercício anterior serão publicadas, anualmente, até o dia 1º de agosto, e discriminarão o lucro efetivo e as parcelas de que trata o § 6º-B.

**§ 6º-D.** Até a publicação das demonstrações financeiras de que trata o § 6º-C, o valor correspondente ao limite de que trata o § 6º-A será provisoriamente estipulado a partir de estimativas do Conselho Curador para o lucro efetivo do FGTS do exercício

anterior.

**§ 6º-E.** Os valores referentes às faixas de que trata o inciso I do § 6º-A serão atualizados por meio da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

.....” (NR)

**“Art. 13.** Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano, observado o disposto nos §§ 5º a 8º.

.....

**§ 5º** Os depósitos efetuados a partir de 1º de janeiro de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas apartadas daquelas existentes até 31 de dezembro de 2015.

**§ 6º** A partir de 1º de janeiro de 2019, os depósitos de que trata o § 5º, incluindo os saldos existentes nas novas contas, serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança de que trata os incisos I e II do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

**§ 7º** No período entre 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018, será mensalmente distribuída às novas contas de que trata o § 5º parcela do lucro líquido mensal do FGTS suficiente para que essas contas obtenham correção monetária com base no parâmetro de que trata o inciso I do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com capitalização de juros:

---

- I** – de 4% (quatro por cento) ao ano, durante o ano de 2016;
- II** – de 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, durante o ano de 2017; e
- III** – de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, durante o ano de 2018.

**§ 8º** Na hipótese de o lucro líquido mensal do FGTS ser insuficiente para a obtenção da remuneração de que trata o § 7º, será transferida a parcela necessária do patrimônio líquido do FGTS para que essa remuneração seja alcançada.

**§ 9º** Os saques em contas vinculadas serão debitados:

**I** – inicialmente, do saldo das novas contas de que trata o § 5º;  
e

**II** – em seguida, do saldo das contas existentes até 31 de dezembro de 2015.” (NR)

**“Art. 20. ....”**

**XIV** – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver, em razão de acidente ou doença grave, em situação de morte iminente, ainda que não esteja em estado terminal, nos termos do regulamento;

.....” (NR)

**“Art. 21. ....”**

*Parágrafo único.* O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador, acrescido da remuneração e das distribuições de que tratam os §§ 2º, 7º e 8º do art. 13 desta Lei.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação oficial.

---

## **PROJETO ORIGINAL**

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/  
prop\\_mostrarIntegra;jsessionid=7200757A6FB5A38A3368F10  
3EA7531E5.proposicoesWeb2?codteor=628256&filename=PL  
+4566/2008](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=7200757A6FB5A38A3368F103EA7531E5.proposicoesWeb2?codteor=628256&filename=PL+4566/2008)

ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA; DE DIREITOS HUMANOS E  
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; DE ASSUNTOS  
SOCIAIS; E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.